

ARQUIVOS

ARROLAMENTO DAS FONTES PRIMÁRIAS PARA A HISTÓRIA DO ESTADO DO MARANHÃO.

CAROLINA.

JOSUE CALLANDER DOS REIS

Licenciado em História pela Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Introdução.

Carolina é uma das treze regiões típicas da Divisão Regional que o Maranhão apresenta, sendo seus municípios Carolina e Pôrto Franco. Possui uma área de 15.000 km², concentrando-se suas principais atividades econômicas na criação de gado e na lavoura (arroz, cana-de-açúcar e mandioca).

Situa-se a 7º 19'51" ao sul do Equador e 47º 28'30" a oeste de Greenwich, à margem direita do Rio Tocantins, aproximadamente 25 km depois de ter recebido o Rio Manuel Alves Grande, a leste da Serra das Covoadas e ao sul do Morro do Chapéu. Municípios limítrofes: Montes Altos, Pôrto Franco, Sítio Nôvo, Riachão, Fortaleza dos Nogueiras, Grajaú.

Seu relêvo é constituído por elementos cuestasiformes, chapadões e planícies. Clima semi-árido, com uma altitude de 169 metros.

Possui quatro distritos: Estreito, São João da Cachoeira, São Pedro e São Bartolomeu. Dista da Belém-Brasília apenas 70 km.

Na sede do município encontram-se 9.255 habitantes e na zona rural 38.279, totalizando 47.534 habitantes em 1970, enquanto que em 1964 apresentava apenas 30.000 habitantes.

Carolina é servida pelas seguintes emprêsas:

Ônibus Karajá — ligando-a ao Estreito, Pôrto Franco, Imperatriz, Açailândia e Itinga.

Táxi Aéreo Amazonas TAMA — ligando-a a Araguaina e Xambioã.

Jeep Willys — ligando-a a Araguaina e Goiatins.

Paraense — ligando-a a Belém do Pará, Brasília, Rio de Janeiro, Goiânia, São Paulo.

VARIG — ligando-a a Miracema, Pôrto Nacional, Brasília, Uberlândia, Uberaba, São Paulo, Imperatriz, Marabá, Belém, Pedro Afonso, Goiânia, Balsas, Grajuú, Barra do Cordão, São Luiz.

VASP — ligando-a a C. do Araguaia, Araguacema, Santa Izabel, Porangatu, Brasília, Goiânia, Marabá, Tocantínia, Pôrto Nacional, Dianópolis, Arraias, Imperatriz, São Luiz, Gurupi.

FAB — também serve Carolina, onde possui um destacamento.

Histórico.

O governo português, por meio de Carta Régia de 12 de março de 1798, ordenou ao capitão do Maranhão promovesse o reconhecimento do Rio Tocantins pelo lado da sua Capitania. A ânsia de conquistar novas terras, que dominava os espíritos naquela época, facilitou a realização do desejo da Metrópole, dando oportunidade a que se organizassem várias expedições, rumo às paragens onde, segundo acreditavam, devia correr a grande artéria fluvial. Das expedições participaram, dentre outros, Manuel José de Assunção, Pedro Gomes de Gouvêia, Antônio Francisco dos Reis, Antônio Moreira da Silva, Segismundo Rodrigues Chaves, Alexandre Marinho e Manuel Henrique. Em 1806 os bandeirantes pararam, finalmente, às margens do Rio Tocantins, depois de haverem devassado largas extensões do sertão desconhecido. Essa data, aliás, é confirmada por Carlota Carvalho no seu livro *O Sertão* (1).

A descoberta do Tocantins, pelo lado do Maranhão, segundo ainda Carlota Carvalho (2), deve-se a uma das expedições organizadas para tal fim pelo comandante de Pastos Bons. Essa é a versão adotada no texto, mas devem ser observados os tópicos do ofício dirigido pelo coronel Sebastião Gomes da Silva Belford, em 10 de maio de 1810, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra:

“Ignorava-se totalmente no Estado do Maranhão a altura em que se achava o Rio Tocantins, quando as sábias e providentes Cartas Régias de 12 de março de 1798 decretaram que se promovesse os meios de descobri-lo e navegá-lo, a fim de se conseguirem os grandes e incalculáveis interesses, que eram de esperar de se animarem, e esta-

(1). — Pág. 31.

(2). — *Op. cit.*, pág. 31.

belecerem pelo dito rio relações comerciais entre as Capitânicas do Maranhão, Grão-Pará e Goiás. Governava então o Estado, Antônio Saldanha da Gama, que não deixou de se esforçar a conseguir êsse fim, mas seus esforços foram baldados; nestes tempos habitava no sertão de Pastos Bons, na fazenda denominada A Grande, constante do roteiro, Elias Ferreira de Barros, bom servidor de S. A. R., e homem inclinado a descobertas, e temerário em emprêsas contra o gentio; êle na idéia de procurar terrenos com pastos e águas, capaz de estabelecer uma nova fazenda de gados, entranhou-se para o sertão, onde hoje tem a sua fazenda do Mirador, à margem do Rio Manuel Alves Grande; passados tempos apareceu-lhes aí um índio, que perguntado, confessou haver fugido de uma canoa vinda para Goiás, por um grande rio, e que atravessando matas, e campos, conseguira chegar à Fazenda, onde se achava. Desde logo concebeu o dito Barros idéias de ver o rio, e ir ao Pará; fabricou um pequeno barco, a que ali chamam montaria, e descendo nele com o dito índio, e três escravos seus, pelo Rio Manuel Alves Grande se achou em dia e meio no dito rio Grande, que depois soube ser o Tocantins; seguiu por êle abaixo, e chegando ao lugar onde se mandou estabelecer a Vila de São João das Duas Barras, ignorava o índio qual dos rios era o que ia ao Pará; nesta incerteza entraram pelo Araguaia, porém no fim dos dias conheceram, ou desconfiaram de estarem perdidos; voltaram, e felizmente ao entrar de nôvo em o Tocantins, encontraram uma Parada que vinha do Pará, da qual souberam por onde deviam seguir; continuaram a viagem até o Pará, donde na volta trouxe cartas do Governô para o do Maranhão, e bem assim canoas de maior porte com alguns gêneros para principiar o seu comércio pelo dito rio, gastando nesta digressão dois meses pouco mais ou menos; aportou felizmente no Mirador, e foi se apresentar ao Governador do Maranhão, que já então era o mesmo que me enviou esta Commissão; as notícias dêstes fatos mereceram tôda a atenção do General, que imediatamente ordenou ao sobredito Barros, que voltasse, quanto antes, ao Mirador, e na sua montaria demandasse pelo Rio Tocantins as povoações de Goiás, o que êle prontamente cumpriu, gastando onze dias até Pôrto Real, donde trouxe atestações autênticas disto mesmo, que remeteu ao General em virtude do que teve ordem para com 40 soldados abrir uma estrada desde Mirador até Pôrto Real de Goiás”.

Em 1809, Manuel Coelho Paredes veio ao lugar, à margem oriental do Tocantins, três léguas abaixo da foz do Rio Manuel Alves Grande, onde viviam, em aldeia, os índios macamecrans. Ajudado por seu antigo companheiro em “bandeira”, Elias Ferreira de Barros construiu, para seu gado, currais e, em seguida, para os do próprio Elias de Bar-

ros, que se estabelecera, também, à beira do mesmo rio, mais acima, no pôrto da Cruz.

Descreve Cunha Matos êsse antigo lugarejo goiano, fundado por um dos membros da expedição organizada em Pastos Bons para tentar a descoberta do Tocantins, pelo lado do Maranhão:

“Carolina — Esta aldeia situada logo abaixo da cachoeira das Três Barras na margem esquerda do Tocantins tem apenas 81 moradores cristãos, ali congregados em 1816 por Antônio Moreira da Silva, que conservava amizade com os chefes das aldeias dos apinagés, otogês e afotigês, próximas à mesma povoação do Moreira. Estas aldeias são: Bom Jardim, com 1.000 almas e Santo Antônio, 8 léguas distante do Pôrto do mesmo nome com 1.500 almas. Há outra aldeia Santo Antônio com 500 pessoas. Os afotigês na Carolina sobem a 1.200 almas. A de Araguaia — entre o Tocantins e o rio Araguaia com 1.400 almas”.

Coelho Paredes escreveu, num documento que forneceu à Câmara Municipal de Riachão, o seguinte:

“Declaro eu abaixo assinado Manuel Coelho Paredes, morador antigo e estabelecido com quatro fazendas de gado, três na Ribeira da Lapa e uma na Ribeira de Neves, Distrito da Capitania do Maranhão, a que pertenço, que no ano de 1809 vim à beira do Rio Tocantins, no lugar em que está situado o Capitão Francisco José Pinto de Magalhães, e que hoje se chama São Pedro de Alcântara, e aí fiz currais para meus gados, a cujo trabalho ajudou-me meu companheiro Elias Ferreira Barros; depois fui ajudá-lo a fazer os seus no Pôrto da Cruz, à beira do mesmo rio e a êstes trabalhos assistiu Valério Ferreira, Antônio da Luz e Pedro Gomes, que ainda ao fazer desta são vivos, ficando eu com o direito de primeiro povoador, e com intenção de continuar, se não fôsse pela chegada do dito Francisco José Pinto, um ano depois dissuadir-me disso; persuadido pelo mesmo de que não me era permitido ali estabelecer povoação, por ser margem do rio que pertence à sua Alteza Real, e por ser assim, fiz a presente declaração que assinei da minha letra e sinal, confirmando todo o seu conteúdo como se em juízo fôsse. Povoação São Pedro de Alcântara, 9 de julho de 1815”.

Em 1810, um ano depois, o mascate goiano, Francisco José Pinto de Magalhães, seguindo para Belém, onde ia abastecer-se de mercadorias para o seu comércio, saltou no lugar onde Coelho Paredes estava estabelecido. Aí procurou, por todos os meios, convencer o fazendeiro a abandonar o sítio, por pertencerem aquelas terras ao Príncipe. Em

seguida, juntamente com os companheiros de viagem, estabeleceu-se ali e deu ao nôvo núcleo de colonização a denominação de São Pedro de Alcântara

Apesar de o nôvo núcleo ter sido iniciado com 42 habitantes, segundo o seu próprio fundador em *Memória*, sôbre a descoberta e fundação do povoado de São Pedro de Alcântara, que enviou ao capitão-general de Goiás, teve pouco desenvolvimento.

Contesta, porém, essa afirmativa Cândido Mendes de Almeida (3). Para êle Pinto de Magalhães não reuniu em São Pedro de Alcântara mais habitantes do que os membros de sua família e alguns agregados que “um pobre mascate do rio” poderia agregar.

Em 1815, Francisco de Paula Ribeiro, em missão oficial, visita a localidade, encontrando-a com “menos de vinte pessoas pobríssimas, que viviam quase como selvagens, subsistindo até das mesmas batatas que plantavam e lhes davam (4).

À proporção que se passavam os anos, piorava a situação de São Pedro de Alcântara. Em 1816 só

“duas casas cobertas de palha”,

informa Carlota de Carvalho citando Cunha Matos,

“ainda existem no decadente povoado, habitadas por duas famílias pobres, que cultivavam mandioca e pescavam para viver” (5).

Tanto que nesse ano, Francisco Pinto de Magalhães resolve abandonar o lugar, transferindo-se para o Pôrto da Chapada.

Elias Ferreira de Barros, vendo a decadência do lugarejo que havia iniciado, e, por ter interêsse na zona — possuía várias fazendas de gado — tomou a iniciativa de incentivar o seu desenvolvimento, isso, ainda, em 1816. Em 1820, porém, de volta de Belém, em companhia do padre Antônio Carlos Ramalho, estabeleceu-se o incansável pioneiro no antigo lugarejo de Pinto de Magalhães, que passou a crescer em população e importância. Foi nessa época que Antônio Moreira da Silva, que fazia parte das expedições oficiais, fundou, à margem esquerda do Tocantins, o povoado de Três Barras.

Ao descer o rio, em 1825, o deputado do govêrno provisório padre Luís Gonzaga de Camargo Fleury, em honra à memória de nossa primeira Imperatriz, dá ao nôvo povoado o nome de Carolina.

(3). — *A Carolina*, pág. XXVIII.

(4). — *Viagem ao Rio Tocantins pelo sertão do Maranhão em 1815*.

(5). — *O Sertão*, pág. 39.

Em 1831, a 25 de outubro, o povoado foi elevado à categoria de vila. Nesta data, o Governo de Goiás, baseado na anterior ocupação do mesmo por goianos, fêz transladar para São Pedro de Alcântara a vila de Carolina, mudando de jurisdição a antiga comuna maranhense que sempre esteve sob o domínio do Maranhão. Essa mudança, entretanto, provocou tremenda luta entre os governos das duas províncias, que se julgavam com igual direito. O de Goiás, porém, desde que Pinto de Magalhães se fixara em São Pedro de Alcântara, começara a exercer atos de jurisdição sôbre o povoado e todo o território banhado pelas vertentes do Rio Manuel Alves Grande, pois achava que um e outro lhe pertenciam, tendo em vista a Provisão do Conselho Ultramarino de 24 de maio de 1740 e por terem sido povoados por goianos.

O Imperador determinou, em 3 de março de 1833, que a vila fôsse conservada sob a jurisdição de Goiás. Aprovada a transferência, foi ordenada, pelo Governo goiano, a sua instalação, que ocorreu a 25 do mesmo mês de março, sendo acrescentado ao nome de Alcântara o de Carolina.

A cidade de Carolina festejou seu primeiro centenário em 8 de julho de 1859. O nome foi escolhido para homenagear D. Carolina Josefa Leopoldina, nossa primeira Imperatriz.

Constatou-se que o cupim destruiu grande parte da documentação histórica de Carolina, mesmo assim, graças à boa vontade e patriotismo mesmo das professoras D. Céres Silva, Maria Lúcia Azevedo, Dora Carvalho e Maria Célia Mousinho, foi possível êste arrolamento.

O brasão de armas de Carolina encontra-se em fase final de estudo, e talvez seja apresentado à cidade em 8 de julho próximo, quando será comemorado mais um aniversário da fundação da cidade.

* *
*

1. *Arquivo da Prefeitura Municipal.*

Localização: Praça Alípio Carvalho.

Prefeito até 31-1-1970: Sr. Jorge Lopes de Souza (Zizi).

Atual prefeito: Sr. Absalão Coelho.

1.1 — Livro de Registro de Leis (três volumes manuscritos, data de 3 de abril de 1942).

Assunto: Limpeza de fachada de prédios e muros.

Último registro (5-12-1969): orça a receita e fixa a despesa para 1970.

1.2 — Livro de Registro de Decretos (três volumes manuscritos, sendo seu primeiro em 1º de janeiro de 1944).

Assunto: Cria uma Escola Mestre no subúrbio Ticoncá.

Último registro (26-12-1969): aprova o SAAE para o exercício de 1970.

1.3 — Pasta de Correspondência (15 volumes até 23-12-1969).

2. *Arquivo da Câmara Municipal* (funciona no mesmo prédio que a Prefeitura, o IBGE, TELMA e IBRA).

Presidente da Câmara: Bernardino Aquino de Oliveira, eleito em 15 de novembro de 1966.

(Segundo consta, em uma noite de tempestade, entraram pelo telhado da prefeitura e desde então desapareceram os seguintes livros:

2.1 — Atas das Sessões da Câmara.

2.2 — Projetos de Lei (cinco volumes).

2.3 — De resoluções da Câmara Municipal.

2.4 — Protocolo de Ofícios Expedidos (dois volumes).

2.5 — De presenças de Vereadores às Sessões da Câmara.

2.6 — Posturas Municipais).

3. *Arquivos Judiciais*.

3.1 — Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais.

Instalação: 20 de abril de 1816.

Localização: Praça Cândido Mendes, 684.

Serventuário: Daniel Alves do Rêgo.

3.1.1 — Livro de Registro de Nascimentos.

Setenta e quatro volumes manuscritos, sendo o primeiro registro em 9 de janeiro de 1875 e o último registro em 6 de janeiro de 1970, sob o nº 16.854. Bom estado de conservação.

3.1.2 — Livro de Registro de Casamentos.

Quarenta e cinco volumes manuscritos, sendo o primeiro assentamento em 20 de março de 1875 e o último em 31 de dezembro de 1969, sob nº 3.052/61. Relativo estado de conservação.

3.1.3 — Livro de Registro de Óbitos.

Dez volumes manuscritos, sendo o primeiro registro em 19 de fevereiro de 1875 e o último em 19 de janeiro de 1970, sob o nº 1.514. Bom estado de conservação.

3.1.4 — Livro de Registro de Edital de Proclama.

Oito volumes manuscritos, sendo o primeiro assentamento realizado em 22 de maio de 1920 e o último em 15 de janeiro de 1969.

- 3.1.5 — Livro de Emancipação, interdição e Ausência.
Um volume manuscrito, sendo o primeiro assentamento em 3 de maio de 1963 e o último em 10 de setembro de 1968, sob nº 03.
- 3.1.6 — Livro de Feitos.
Não possui.
- 3.1.7 — Livro de Registro de Feitos de Retificações de Nascimento.
Não possui.
- 3.2 — Cartório de Imóveis e Anexos.
Instalação: 17 de julho de 1883.
Localização: Rua Aníbal Mascarenhas, s/n.
Oficial Maior: Dra. Maria Augusta de Medeiros Brito.
- 3.2.1 — Setor de Registro de Imóveis.
- 3.2.2 — Setor de Registro de Títulos e Documentos.
- 3.2.3 — Setor de Protesto de Títulos.
- 3.2.4 — Cartório do Júri.
- 3.2.5 — Cartório de Menores.
- 3.2.1 — *Setor de Registro de Imóveis.*
 - 3.2.1.1 — Livro I — Protocolo.
Quarenta volumes manuscritos, em bom estado de conservação, sendo o primeiro assentamento realizado em 3 de maio de 1884 e o último em 15 de dezembro de 1969.
 - 3.2.1.2 — Livro II — Inscrição Hipotecária.
Seis volumes manuscritos, sendo que a primeira foi realizada em 18 de fevereiro de 1920 e a última em 7 de outubro de 1968.
 - 3.2.1.3 — Livro III — Transcrição das Transmissões.
Não possui.
 - 3.2.1.4 — Livro IV — Registros Diversos.
Não possui.
 - 3.2.1.5 — Livro V — Emissão de Debêntures.
Não possui.
 - 3.2.1.6 — Livro VI — Indicador Real.
Dez manuscritos, primeiro lançamento em 13 de maio de 1960, em nome de Antônio Jácome e o último em 8 de setembro de 1968, sob nº 420, em nome de Aníbal.
 - 3.2.1.7 — Livro VII — Indicador Pessoal.
Dois volumes manuscritos, sendo o primeiro lançamento em 17 de julho de 1883, em nome do Dr. Antônio Carvalho Serra e o último

em 21 de dezembro de 1968, em nome de Raimundo Dias Leal, sob nº 8.442 (Pela Lei nº 1000 do Livro VII — Indicador Pessoal, a numeração foi modificada).

- 3.2.1.8 — Livro VIII — Registro (Loteamento para a venda de lotes a prazo).
Não possui.
- 3.2.1.9 — Livro Auxiliar — Convenções ante-nupciais.
Não possui.
- 3.2.2 — *Setor de Registro de Títulos e Documentos.*
- 3.2.2.1 — Livro A — Protocolo.
Três volumes manuscritos, sendo o primeiro apontamento de 17 de julho de 1883, e o último de 12 de janeiro de 1970, sob nº 9.069.
- 3.2.2.2 — Livro B — Para transcrição integral de títulos e documentos.
Onze volumes manuscritos, sendo a primeira transcrição realizada em 25 de abril de 1922, e a última em 12 de janeiro de 1970, sob nº 1.263.
- 3.2.2.3 — Livro C — Para registro de títulos e documentos para validade contra terceiros.
Não possui.
- 3.2.2.4 — Livro D — Para registro de penhores.
Dois volumes manuscritos, sendo a primeira datada de 1º de março de 1944 e a última em 9 de dezembro de 1969, sob nº 1.100.
- 3.2.2.5 — Livro Auxiliar — Para a matrícula de oficinas impressoras, jornais, periódicos, estatutos de sociedades civis e as associações de utilidade pública.
Dois volumes manuscritos, sendo o primeiro registro de 10 de junho de 1954, em nome de Estatuto de Associação Carolinense de Assistência ao Menor e à Família, em nome da Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e Infância em Porto Franco.
- 3.2.3 — *Setor de Protesto de Títulos.*
- 3.2.3.1 — Livro de Apresentação dos Títulos.
Dez volumes manuscritos, o primeiro título datado de 7 de dezembro de 1863 e o último de 16 de janeiro de 1970, sob nº 3.256.
- 3.2.3.2 — Livro para Registro de Instrumentos de Protestos.
Doze volumes manuscritos, o primeiro instrumento datando de 7 de dezembro de 1863 e o último de 15 de janeiro de 1970, sob nº 2.001.

- 3.2.4 — *Cartório do Júri.*
- 3.2.4.1 — Quadro Geral de Jurados para processo crime.
Dois volumes manuscritos, datando a primeira organização do Quadro de Jurados de 9 de dezembro de 1873, e a última em 21 de junho de 1968.
- 3.2.4.2 — Livro de Sorteio de Jurados.
Dois volumes manuscritos, primeiro sorteio realizado em 9 de dezembro de 1873 e o último em 21 de junho de 1968.
- 3.2.4.3 — Atas do Júri.
Um volume manuscrito, datando a primeira ata de 29 de junho de 1946 e a última de 30 de julho de 1968.
- 3.2.4.4 — Livro de Feitos — Registro de inquéritos policiais e outros processos referentes ao Cartório do Júri.
Dois volumes manuscritos, sendo o primeiro Registro de 29 de abril de 1950 e o último de 25 de novembro de 1969, sob nº 535.
- 3.2.4.5 — Livro Carga — Para carga de autos enviados à Promotoria Delegacia e mais partes interessadas.
Dez volumes manuscritos, datando a primeira carga de 3 de novembro de 1923 e a última de 31 de dezembro de 1969.
- 3.2.4.6 — Livro para Protocolo das Audiências.
Oito volumes manuscritos, sendo o primeiro termo da audiência de 1º de outubro de 1921 e o último de 15 de julho de 1969.
- 3.2.4.7 — Livro para Registro de Ofícios enviados de Identificação.
Dez volumes manuscritos, primeiro ofício registrado em 3 de novembro de 1923 e o último em 31 de dezembro de 1969.
- 3.2.4.8 — Livro para Registro de Sêlo Penitenciário.
Não possui.
- 3.2.4.9 — Livro de Termos de Compromisso — onde são lavrados os termos de compromisso dos serventuários da Justiça, escreventes da Justiça e Juizes de Paz.
Três volumes manuscritos, primeiro termo lavrado em 1º de novembro de 1923, em nome de Silvério Souza, e o último em 3 de novembro de 1969, em nome do Dr. Carlos Wagner de Souza Campos.
- 3.2.4.10 — Quadro Geral dos Jurados para crimes contra a economia popular.
Não possui.
- 3.2.4.11 — Livro de Sorteio dos Jurados para crimes contra a economia popular.
Não possui.

- 3.2.4.12 — Atas do Júri contra a economia popular.
Não possui.
- 3.2.5 — *Cartório de Menores*.
Não possui.
- 3.2.5.1 — Livro de Registro de Feitos de Menores Abandonados.
Não possui.
- 3.2.5.2 — Livro de qualificação de Menores Abandonados e Delintes.
Não possui.
- 3.2.5.3 — Livro de Têrmos de Compromisso onde lavram os têrmos de compromisso dos tutores responsáveis pelos menores delinquentes.
Não possui.
- 3.2.5.4 — Livro de Registro de Feitos do Serviço de Colocação Familiar.
Não possui.
- 3.3 — *Ofícios da Justiça e Anexos*.
- 3.3.1 — *Cartório do I Ofício de Notas e Anexos*.
Instalação: 17 de julho de 1883.
Localização: Rua Aníbal Mascarenhas, s/n.
Serventuário: Dra. Maria Augusta de Medeiros Brito.
- 3.3.1.1 — *Setor Criminal*.
- 3.3.1.2 — *Setor Civil*.
- 3.3.1.3 — *Setor trabalhista*.
- 3.3.1.4 — *Setor de Notas*.
- 3.3.1.5 — *Setor de Notas do Registro Civil*.
- 3.3.1.1 — *Setor Criminal*.
- 3.3.1.1.1 — Livro de Registro de Sentenças Criminais.
Dois volumes manuscritos, primeiro registro em 29 de abril de 1950 e o último em 25 de novembro de 1969.
- 3.3.1.1.2 — Livro de Protocolo de Audiências Criminais.
Oito volumes manuscritos, sendo 1 de outubro de 1921 a data da 1ª audiência, e 15 de julho de 1969, a data da última.
- 3.3.1.1.3 — Livro Rol dos Culpados.
Dois volumes manuscritos, primeiro assentamento em 10 de abril de 1922 e último em 10 de janeiro de 1968.
- 3.3.1.1.4 — Livro de Registro de Sêlo Penitenciário.
Não possui.

- 3.3.1.1.5 — Livro de Audiências de *Sursis*.
Não possui.
- 3.3.1.1.6 — Registro de Fianças.
Não possui.
- 3.3.1.1.7 — Livro de Registro de Feitos Criminais.
Não possui.
- 3.3.1.2 — *Setor Civil*.
 - 3.3.1.2.1 — Livro de Registro de Feitos Cíveis.
Não possui.
 - 3.3.1.2.2 — Livro de Registro de Feitos Arquivados.
Não possui.
 - 3.3.1.2.3 — Livro de Tutelas e Curatelas.
Oito volumes manuscritos, primeiro termo datando de 19 de setembro de 1859 e o último datado em 2 de agosto de 1968.
 - 3.3.1.2.4 — Livro de Protocolo de Audiências Cíveis.
Oitenta e quatro volumes manuscritos, datando a primeira audiência 23 de abril de 1833 e a última de 15 de dezembro de 1969.
 - 3.3.1.2.5 — Livro de Registro de Executivos de Feitos Fiscais, da Fazenda Estadual.
Um volume manuscrito, datado de
Primeiro registro feito em nome de Deodoro Arruda e o último em nome de Derval Duarte Rocha.
- 3.3.1.3 — *Setor Trabalhista*.
 - 3.3.1.3.1 — Livro Protocolo de Audiências de Acidentes de Trabalho.
Não possui.
 - 3.3.1.3.2 — Livro de Registro de Comunicação de Acidentes de Trabalho.
Não possui.
 - 3.3.1.3.3 — Livro Protocolo de Audiências Trabalhistas.
Não possui.
- 3.3.1.4 — *Setor de Notas*.
 - 3.3.1.4.1 — Livro I — Notas destinado a escrituras em geral.
Quarenta volumes manuscritos, sendo a primeira lavratura de 10 de novembro de 1921 e a última de 20 de janeiro de 1970.
 - 3.3.1.4.2 — Livro II — Procurações.
Treze volumes, primeira lavratura datando de 1 de agosto de 1941, e a última de 17 de janeiro de 1970.

- 3.3.1.4.3 — Livro III — Livro de Registro de Procuраções.
Não possui.
- 3.3.1.4.4 — Livro de Registro de Testamento.
Não possui.
- 3.3.1.5 — *Setor de Notas de Registro Civil.*
- 3.3.1.5.1 — Registro de Firmas Comerciais.
Sete volumes manuscritos, primeiro registro de 29 de setembro de 1921 e o último de 4 de janeiro de 1968.
- 3.3.1.5.2 — Livro de Registro de Procuраções.
Não possui.
- 3.3.1.5.3 — Livro de Registro de Firmas Individuais.
Não possui.
- 3.3.1.5.4 — Livro de Têrmos de Cômprômisso.
Não possui.
- 3.3.1.5.5 — Livro de Procuраções.
Oito volumes manuscritos, sendo a primeira lavratura de 12 de janeiro de 1933 e a última de 22 de janeiro de 1970.
- 3.3.1.5.6 — Livro de assinaturas de Eleitores de Carolina.
O primeiro registro data de 3 de janeiro de 1860, e o último de 18 de novembro de 1969.
- 3.3.1.5.7 — Livro de Atas de Eleição.
Vinte e um volumes, primeiro registro sendo de 3 de outubro de 1861 e o último de 30 de novembro de 1969.
- 3.4 — *Cartório do II Ofício de Notas e Anexos.*
- Localização: Praça Cândido Mendes, 684.
Serventuário: Daniel Alves de Rêgo.
Instalação: 20 de abril de 1813.
- 3.4.1 — Setor criminal.
- 3.4.1.1 — Livro de Registro de Sentenças Criminais.
Treze volumes, primeiro registro em 29 de março de 1833 e o último em 14 de janeiro de 1968.
- 3.4.1.2 — Livro de Protocolo de Audiências Criminais.
Não possui.
- 3.4.1.3 — Livro para Rol de Culpados.
Um volume manuscrito, nº 1 — Carolina, datado de 1 de fevereiro de 1867, assinado por Collatino C. Tavares.

- 3.4.1.4 — O livro mais antigo encontrado em Carolina foi um de Inventário de 1812 a 1835, cujo inventariante, José Araujo Bacelar, pela sentença de 4 de março de 1812, procedeu ao inventário dos bens deixados por Raimunda da Costa Santos. Foi escrito por Pedro Alexandre da Silva Baptista na localidade de Guaribas, que teria sido o antigo nome de Carolina. Encontra-se em mau estado de conservação.
- 3.4.1.5 — Protocolo das Audiências do Juiz de Paz nº 1.
Alcântara em 10 de maio de 1833, aberto por Antonio Braz Pinho.
- 3.4.1.6 — Livro de Audiências.
nº 2 — 1835 a 1842 — Districto da Farinha e Casaz.
Escrivão: Segismundo Rodrigues Xavier.
- 3.4.1.7 — Protocolo das Audiências do Juizo de Orphãos.
nº 2 de 1846 em diante. Mau estado de conservação.
- 3.4.1.8 — Livro especial de Escripturas de compra de escravos.
nº 2 — 1866 a 1869; bom estado de conservação.
- 3.4.1.9 — Livro de Audiências de Orphãos.
De 26 de maio de 1869 a 11 de fevereiro de 1875. Carolina, assinado por Joaquim José Teixeira; bom estado de conservação.
- 4 — *Religião.*
- 4.1 — Arquivo Paroquial.
Paróquia de São Pedro de Alcântara, localizada à Avenida Getúlio Vargas s/n, sendo seu titular Frei Aquiles Maria de Bérghamo, empossado em 1968. Carolina pertence à Prelazia de Carolina, Maranhão.
- 4.1.1 — Livro do Tombo.
Cinco volumes, cuja abertura deu-se em 1840 pelo Padre Carvalho Maria. Trata da fundação da Paróquia, a qual atualmente pertence à Prelazia de Carolina. Sua primeira Pastoral foi realizada pelo Bispo D. Cesário Alexandre Minelli.
- 4.1.2 — Livro de Batisados.
Cinquenta volumes, sendo o primeiro assentamento feito em 3 de maio de 1840 e o último em 19 de janeiro de 1970.
- 4.1.3 — Livro de Casamentos.
Cinquenta e quatro volumes, sendo o primeiro assentamento datado de
de o último de

- 4.1.4 — Livro de Óbitos.
Quarenta volumes. Termo de abertura datado de 28 de janeiro de 1840; primeiro óbito ocorrido em 7 de fevereiro de 1840 e o último em 20 de janeiro de 1970.
- 4.1.5 — Livro de Crismas.
Vinte volumes; datas.
A Paróquia mantém Santa Casa de Misericórdia, Escola Primária, Ginásio, Escola de Comércio, Abrigo e Serviço de Assistência Social. Abriga 35.000 almas.
- 4.2 — *Protestantismo*.
- 4.2.1 — Instituto Teológico Batista.
- 4.2.2 — Igreja Protestante Batista.
- 4.2.3 — Assembléia de Deus de Carolina.
- 4.3 — *Espiritismo*.
Constatou-se a Seara Antônio de Pádua (Centro Espírita Kardecista) e Centro Espírita Redentor.
- 5 — *Instituições Culturais*.
- 5.1 — Escolas.
Abrigam uma população de 6.000 alunos.
- 5.2 — Ensino Primário.
Carolina possui três Grupos Escolares, três escolas isoladas e Curso de Alfabetização de Adultos, funcionando no período noturno. Existe uma escola que mereceu enfoque especial, situada na Zona do Baixo Meretrício (ZBM), dirigida por moças da sociedade de Carolina, onde lecionam gratuitamente o primário, corte e costura, arte culinária e noções de economia doméstica. Conta atualmente com 22 alunas.
- 5.1.2 — Ensino Médio.
Três ginásios, Escola Normal e uma Escola Técnica de Comércio. Carolina sempre preocupou-se com o ensino, pois já em 1903, o Prof. Odolfo Aires de Medeiros fundou o Curso Noturno Secundário. Em 1904, o prof. Anibal Mascarenhas fundou o Externato Estadual. Constatou-se ainda a Sociedade Mantenedora da Escola dos Pés Descalços, fundada em 1963. A população escolar do Ensino Médio atinge 1.500 alunos, que somada com a do Ensino Primário, totaliza 7.500 alunos.
- 5.2 — Sociedades Lítero-Musicais.
- 5.2.1 — Bandas de música.
Carolina possuía duas, a saber:

5.2.1.1 — Euterpe Carolinense.

Durou de 1914 a 1925. Foi seu diretor o Prof. Odolfo Aires de Medeiros. Era dividida em Conjunto Orquestral de Baile e Conjunto Orquestral para Música Erudita, possuindo esta até harpa e cítara.

5.2.1.2 — Vinte e oito de Julho (Homenagem à data da promulgação da Constituição Estadual Republicana do Maranhão).

Dirigida por Antônio Leal, durou de 1918 a 1925. Antônio Leal era proprietário do Imperial Hotel, e costumava acordar seus hóspedes com alvorada de piston, que tocava com maestria, depois fazia ginástica e seu quebra jejum era um vasto prato de “Maria Izabel” (Iguaria feita de arroz e carne seca).

5.2.1.3 — Orquestra do Colégio Carolinense.

Funcionou de 1917 a 1937, dirigida pelo Prof. Odolfo Aires de Medeiros, contando com 50 moças.

5.2.1.4 — Grêmio Litero Musical.

Fundado por Alípio Alcides de Carvalho.

5.2.1.5 — Casa Humberto de Campos.

Fundada em 9 de março de 1939, sendo seu presidente Dr. José Alcides de Carvalho. Encerrou suas atividades literárias em 17 de novembro de 1944, quando lavrou sua última ata.

5.3 — *Imprensa*.

Arquivos dos periódicos em circulação ou desaparecidos.

5.3.1 — “Tocantins”.

5.3.2 — “A Tarde”.

Fundado pelo Prof. José Queiroz em 1912, circulou até 1950.

Fundado pelo Dr. Cosme Coelho em 1927, circulou até 1932, quando mudou de direção. Tendo a frente o Sr. Catão Maranhão circulando até 1958.

5.3.3 — “A Mocidade”.

Fundado em 1923 por Catão Maranhão, Orpheu Souza, José Ferreira, Nozor Marinho e Agenor Monturil (vinte fac-simile de um exemplar). Posteriormente mudou de nome para *Sertanejo* em 1926, sob a direção de Dona Crisantina Monturil, circulando até 1936.

5.3.4 — “Carolina”.

Revista fundada em 1928, por Catão Maranhão, D. Luzia Aires de Carvalho Maranhão e Dr. Rui Carvalho, circulou até 1932.

- 5.3.5 — “Tribuna de Carolina”.
Fundado por Asalão Coelho, em 1969, circulando semanalmente.
- 5.4 — *Historiadores e cronistas locais.*
- 5.4.1 — Prof. José Queiroz, residente à Av. Getúlio Vargas.
- 5.4.2 — Nelson Maranhão, poeta falecido recentemente.
- 5.4.3 — Wilson de Assis.
- 5.4.4 — Heitor Carvalho, residente à Praça Cândido Mendes.
- 5.5 — *Teatro Amador.*
Esteve muito paralizado. Entretanto, em 1969, foi encenada a peça de Máximo Gorki “Os pequenos Burgueses”, no palco da Associação Recreativa, sob os auspícios do Teatro Experimental do Estudante.
- 5.6 — *Pessoas que forneceram informações.*
- 5.6.1 — Prof. José Queiroz.
- 5.6.2 — Dr. Carlos Wagner.
- 5.6.3 — D. Anita Régio.
- 5.6.4 — Dr. Rui Carvalho.
- 5.7 — *Maçonaria.*
Constatou-se a existência de uma loja, entretanto, atualmente, está com suas atividades paralizadas.
- 5.8 — *Rotary Club.*
Tem suas atividades em Carolina. Suas reuniões são realizadas às quinta-feiras.
- 6 — *Fontes Impressas sobre Carolina.*
- 6.1 — *A Carolina.* De Cândido Mendes de Almeida, Senador do Império. Editôra Paraense, Belém do Pará, 1844.
- 6.2 — *Sete Contos.* De Heitor Carvalho. Editôra Cultrix, São Paulo, 1965.
- 6.3 — *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. I. B. G. E.*
- 6.4 — *Maranhão — Nova Fronteira do Nordeste.* Recife, 1966.
- 7 — *Informações Suplementares.*
- 7.1 — Monumentos:
- 7.1.1 — Obelisco.
Erigido em 1922, por ocasião do primeiro centenário da Independência; localizado na Av. Getúlio Vargas.
- 7.1.2 — Busto do Prof. Odolfo Aires de Medeiros.
Inaugurado no primeiro centenário de Carolina, em 8 de julho de 1959, na praça Alípio Carvalho.

- 7.8 — Cooperativa.
Foi organizada, em 1968, com 50 cooperados, a Cooperativa Agro-Pecuária de Carolina, com os elementos remanescentes da antiga Associação Rural de Carolina. Atualmente está paralizada.
- 7.9 — Constatou-se a existência de agências do Banco do Brasil S/A e do Banco da Amazônia S/A.
- 7.10 — Lugares Pitorescos de Carolina.
Praia do Rio Tocantins, Cachoeira do Itapecuruzinho, Ilha dos Botes (Rio Tocantins), Sítio Bom Jesus e Ponte do Estreito.
- 7.11 — Descendentes dos antigos fundadores de Carolina.
Luzia Ayres de Carvalho Maranhão, Rui Alcides de Carlos, José Alcides de Carvalho, Benjamim Carvalho, Carmélia Carvalho, Alípio Alcides de Carvalho.
- 7.12 — Bibliografia consultada.
- 7.12.1 — Livros manuscritos da Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e Cartórios de Carolina.
- 7.12.2 — Dicionario Geográfico do Brazil. De Alfredo Moreira Pinto. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1894.
- 7.12.3 — *Diccionario Geográfico Histórico e Descritivo do Império do Brazil.* De J. C. R. Milliet de Saint-Adolphe. Paris, 1863 (Coleção Lamego 1 d, 44, 45).
- 7.12.4 — *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. I. B. G. E.* Vol. XV, pág. 109..
- 7.12.5 — *Maranhão — Nova Fronteira do Nordeste.* Recife, 1966.
- 7.12.6 — *Atlas Histórico-Geográfico.* João Soares. Instituto Geográfico De Agostini Novara, Itália, 1934.
- 7.12.7 — *Atlas de Geographie Moderne.* F. Schrader. Paris, 1895.